

Resenha: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da História Social e suas Perspectivas para o Ensino de História

Resenhista, Dr. José Rinaldo Domingos de Melo
Licenciado em História, professor do Governo de Pernambuco

A História Social representa uma vertente historiográfica que surgiu no século XX como uma reação às narrativas tradicionais centradas em eventos políticos, elites e grandes figuras. Em vez disso, ela prioriza o estudo das estruturas sociais, da vida cotidiana, dos grupos marginalizados (como trabalhadores, mulheres, minorias étnicas e classes subalternas) e das dinâmicas de poder e resistência na sociedade. Essa abordagem busca democratizar o conhecimento histórico, tornando-o mais inclusivo e relevante para a compreensão das desigualdades sociais. No contexto brasileiro, a História Social ganhou força a partir das décadas de 1970 e 1980, influenciada por debates globais e pela necessidade de superar visões eurocêntricas, especialmente após a ditadura militar, quando historiadores passaram a explorar temas como escravidão, movimentos sociais e memórias coletivas.

Os fundamentos teóricos da História Social estão ancorados em paradigmas que questionam a historiografia positivista do século XIX, que enfatizava fatos isolados e leis universais, como defendido por Carl Hempel, que propunha explicações históricas baseadas em condições iniciais e leis gerais semelhantes às ciências naturais. Em oposição, a Escola dos Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre na década de 1920, expandiu o escopo da história para incluir fontes não escritas, como paisagens, artefatos e fenômenos sociais, priorizando as "mentalidades" e os processos de longa duração. Jacques Le Goff, um expoente dessa escola, reforça que a história deve abranger todas as manifestações humanas, integrando antropologia, sociologia e economia para analisar a sociedade em sua totalidade.

O marxismo contribui significativamente, com autores como Perry Anderson criticando leis universais e enfatizando a historicidade dos conceitos, como o absolutismo, e as lutas de classes como motor da mudança social. No Brasil, perspectivas pós-coloniais e decoloniais, influenciadas por Aníbal Quijano (colonialidade do poder) e Boaventura de Sousa Santos (epistemicídio), destacam como o colonialismo silenciou epistemologias não europeias, promovendo a inclusão de sujeitos subalternos, como negros e indígenas, em narrativas resistentes. Além disso, estudos de gênero, inspirados em Joan Scott, tratam o gênero como uma construção social que constitui relações de poder, integrando temas como feminicídio e diversidade sexual.

Jörn Rüsen, com sua teoria da consciência histórica, adiciona uma dimensão reflexiva, vendo a história como construção individual e coletiva que orienta ações no presente, incorporando elementos utópicos para desafiar visões hegemônicas. Outras variantes incluem a Nova História Cultural (Peter Burke), que foca em modelos culturais e patrimônio imaterial, e a Micro-História italiana, que examina eventos locais para iluminar estruturas maiores. No contexto brasileiro, Hebe Castro define a História Social como uma especialidade com problemas próprios, centrados na reflexão sobre desigualdades e apropriações sociais.

Metodologicamente, a História Social inova ao diversificar fontes além de documentos oficiais, incorporando fontes orais, visuais (pinturas, fotografias), materiais (artefatos cotidianos) e imateriais (memórias coletivas). A análise interdisciplinar é essencial, combinando ferramentas da antropologia, sociologia e estudos culturais para interpretar dinâmicas sociais. Robin Collingwood enfatiza a análise crítica de fontes para reconstruir significados, rejeitando compilações superficiais. Métodos como a história oral (Maurice Halbwachs, Manuel Aróstegui) privilegiam categorias como memória social e experiência, permitindo resgatar vozes silenciadas.

No Brasil, abordagens como sequências didáticas e projetos baseados em patrimônio local (análise de monumentos urbanos) fomentam a conexão entre história global e local. Críticas metodológicas incluem a necessidade de evitar dogmatismos, como apontado por Koselleck na evolução conceitual. As perspectivas da História Social para o ensino de História enfatizam a formação de cidadãos críticos, promovendo a descolonização do olhar e a inclusão de diversidades. No Brasil, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais (BNCC) e aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ela integra temas étnico-raciais, de gênero e locais para combater desigualdades.

Paulo Freire influencia com sua pedagogia dialógica, incentivando a práxis reflexiva para transformar realidades sociais. Metodologias ativas, como gamificação, salas invertidas e uso de tecnologias digitais (plataformas como Moodle durante a pandemia), fomentam a construção colaborativa de conhecimento. Rüsen propõe narrativas para desenvolver competência narrativa e orientação temporal, conectando o passado à identidade e à ação cívica. Desafios incluem resistências conservadoras, como o movimento "Escola sem Partido", que limitam debates sobre gênero e raça. Em suma, a História Social transforma o ensino em ferramenta de emancipação, incentivando alunos a questionar hegemonias e construir memórias inclusivas. Embora inovadora, a História Social pode ser criticada por fragmentar narrativas ao focar no micro, correndo o risco de negligenciar contextos macroestruturais, como alertam marxistas tradicionais. No ensino, sua aplicação exige formação docente robusta para evitar simplificações ideológicas.

No Brasil, ela é vital para enfrentar legados coloniais, mas depende de políticas educacionais que priorizem recursos para fontes alternativas e treinamento. A História Social oferece uma lente poderosa para compreender sociedades complexas, com fundamentos teóricos e metodológicos que enriquecem o ensino de História ao promover inclusão e crítica.

Suas perspectivas apontam para uma educação transformadora, alinhada a desafios contemporâneos como diversidade e cidadania.

REFERENCIAIS

Bittencourt, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

Rüsen, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da História**. Brasília: Editora UnB, 2001.

Quijano, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad/Racionalidad". *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, 1992.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Le Goff, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

Anderson, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Scott, Joan. "Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica". *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

Barbosa, Leandro Mendonça. "Aspectos Teórico-Methodológicos da História e sua Aplicabilidade na Prática de Ensino". *História da Educação*, v. 15, n. 35, 2011